



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

PORTARIA Nº 023/2019
INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

Considerando a grave situação de crise financeira na qual se encontra o Estado de Minas Gerais, especialmente no âmbito da saúde, ocasionando atraso e/ou ausência de pagamento a fornecedores de medicamentos, prejudicando seriamente o regular andamento das ações e serviços públicos de saúde no Estado;

Considerando que a situação tem trazido graves consequências a toda população do Estado de Minas Gerais, notadamente para aqueles que necessitam destes medicamentos para a continuidade dos tratamentos de saúde, estando submetidos a possibilidade de prejuízos irreparáveis com a ausência da medicação;

Considerando o caput do artigo 5º¹ da Lei Federal n. 8.666/1993, que determina, no pagamento das obrigações do ente federativo, a observância à estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando que, ainda no caput do artigo 5º da Lei Federal n. 8.666/1993, a própria lei excepciona a observância estrita à ordem cronológica de pagamentos por razões de relevante interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando a necessidade, por parte deste Ministério Público de Contas, de acompanhamento e fiscalização do devido cumprimento do artigo 5º da Lei Federal n. 8.666/1993, sobretudo quanto à excepcionalidade de quebra da ordem cronológica de pagamentos, por razões de interesse público, na realização de pagamentos, pelo Estado de Minas Gerais, dos fornecedores de medicamentos da saúde pública;

¹ Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

Considerando as funções institucionais do Ministério Público de Contas fixadas nos artigos 129, VI, da Constituição Federal; 67, I, b, da Lei Complementar nº 34/1994; e 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993;

Considerando, por fim, o disposto no artigo 2º, III, e §2º, e no artigo 3º da Resolução MPC-MG nº 07, de 21 de novembro de 2013;

RESOLVO, no uso de minhas atribuições, instaurar o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO para acompanhar o cumprimento do artigo 5º da Lei Federal n. 8.666/1993, pelo Estado de Minas Gerais, e apurar a ocorrência de eventuais irregularidades no procedimento de pagamento de fornecedores de medicamentos da saúde pública.

Belo Horizonte, 17 de maio de 2019.

DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES

Procurador do Ministério Público de Contas de Minas Gerais